

UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO

UNIVERSITY AND KNOWLEDGE

UNIVERSIDAD Y CONOCIMIENTO

João Carlos Salles¹

Como citar este artigo: Salles JC. Universidade e conhecimento. Rev baiana enfermagem. 2018;32:e25823.

1. O ambiente natural da pesquisa científica no Brasil é a universidade pública. Os índices da produção científica nacional o comprovam de forma incontestável, bem como a qualidade da formação oferecida por nossas instituições, como informa documento recente e amplamente divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre desempenho e tendências da pesquisa no Brasil⁽¹⁾. Não obstante esse dado claro, quantitativo e qualitativo, a universidade pública vive hoje sob constante ameaça e suspeição, como se fôssemos ineptos como acadêmicos, ineficientes como gestores e irresponsáveis como servidores públicos. Com efeito, parece ter se quebrado a sacralidade desse espaço de conhecimento e formação, sua aura mesma, cabendo-nos perguntar (1) qual a natureza dessa ameaça e (2) qual caminho devemos seguir neste momento.

2. A ameaça é interna e externa, resultando, em ambos os casos, de uma profunda incompreensão do valor mesmo da universidade, enquanto realidade concreta e projeto atemporal, aos quais a sociedade, se pretende ser desenvolvida e livre, jamais pode renunciar.

A ameaça é externa em vários aspectos. Nesse caso, a recente ação concertada da imprensa parece um mero sintoma de um retrocesso em relação ao valor concedido ao ensino superior público e ao sentido de sua expansão. Com efeito, a imprensa não parece ter qualquer obrigação com o futuro ou com o passado de expansão do sistema, não respeitando ademais suas características específicas. Por isso mesmo, coloca a instituição em mera linha de continuidade com a administração pública, por um lado, e com as instituições privadas de ensino, por outro. Dessa forma, a lógica da gestão própria de supermercados ou outras repartições é cobrada de uma instituição que, por definição constitucional, é reconhecidamente autônoma, ou seja, tem o direito e o dever de determinar e justificar publicamente suas escolhas, em função de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

Ora, a rapidez na expedição de mais e mais diplomas não pode ser a medida da instituição universitária pública, não podendo, ademais, ser ela avaliada como um custo indesejável, quando em verdade é um investimento permanente. Da mesma forma, compreendida como um sistema e como uma forma de vida complexa e integrada, a universidade não é um componente indiferente à própria constituição das condições por que o mérito acadêmico pode ser produzido. Com isso, é parte fundamental do investimento no mérito tudo que visa à diminuição de desigualdades, como o aporte de recursos de

¹ Doutor em Filosofia. Professor titular do Departamento de Filosofia. Atual reitor da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil.

assistência estudantil, sendo a instituição, portanto, parte de um projeto de formação cidadã, que não se contenta em apenas reproduzir privilégios logrados fora e antes de seu espaço próprio.

A universidade não se faz com indivíduos desprovidos de contexto, medidos apenas por um padrão abstrato elevado, em relação a cujo alcance ela não teria qualquer responsabilidade. Ao contrário, a universidade pública diferencia-se por exercitar e justificar sua autonomia com base em resultados, mas, sobretudo, em procedimentos. Nesse sentido, nada mais perverso que o contingenciamento progressivo de recursos, como a obrigar os gestores a renunciarem quer à assistência estudantil ou à qualificação de seu pessoal docente e técnico, quer à manutenção de laboratórios ou ao investimento em infraestrutura. E tal recuo no financiamento tem faces múltiplas, quando se somam à restrição dos recursos discricionários do custeio e do investimento das universidades as ações restritivas de outros órgãos de fomento, tanto federais quanto estaduais. Com isso, temos que considerar como uma grave ameaça externa ao futuro e ao projeto de desenvolvimento de nossa sociedade a diminuição de recursos e a redução de políticas no país e também em nosso estado, como sintomas de uma cegueira estratégica, seja do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), seja, em nosso caso, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). São diversas as manifestações de nossas associações e sociedades – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências, entre outras – sobre o contingenciamento de recursos para a pesquisa científica no país, a exemplo da nota conjunta dessas entidades publicado pela Academia Brasileira de Ciências⁽²⁾.

A ameaça tem sua retórica própria, simulando racionalidade e bom senso. Assim, ela pretende se justificar, ora apontando erros do sistema (que devem ser corrigidos, sem que a criança seja lançada fora com a água do banho), ora com a apresentação de causas aparentemente mais sensatas e mais nobres, mas que, à luz da própria academia capaz de julgar sua eficácia, logo se mostram danosas. Por exemplo, nesse tempo de ataque ao ensino superior, produz-se a narrativa, como se fora um truísmo e logo medida de bom senso, que o governo possa ou mesmo deva desassistir o ensino superior em favor da educação básica. É exemplo disso a ameaça de extinção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), programa voltado especialmente à capacitação da educação básica no ensino superior. Nesse caso, se a academia fosse chamada a opinar, com a competência que lhe é própria para analisar políticas públicas ligadas ao ensino, o aparente bom senso adquiriria ares de paradoxo e absurdo. Afinal, não pode haver investimento na educação básica que não passe pelo ensino superior, pela formação de professores para a educação básica e a permanente produção de novos conhecimentos.

3. Devemos convir que as ameaças não são apenas externas. A universidade pode ser um ambiente, como todos os outros, eivado de competição, sobretudo em momentos de escassez. E somente uma lógica perversa pode imaginar que a competição pura e simples deva ser mais e mais estimulada, com a noção selvagem de que a competição traria o melhor dos resultados, mesmo se revela amiúde o pior das pessoas.

Não estamos aqui alimentando uma imagem idílica. Faz parte da vida universitária algum conflito, disputa de posições, mas também disputa, pura e simples, por recursos, prestígio, poder. Também, em sua regularidade, a universidade não deixa de reproduzir desigualdades originadas fora de seu espaço, sendo ainda natural que, em muitas situações, repita conhecimentos de forma acrítica. Com efeito, tendo servido por tanto tempo aos interesses das elites, pode esquecer por vezes que a formação de novas elites é capaz de ter função muito mais ampla e significado mais elevado, coincidindo melhor com os amplos interesses da sociedade.

Assim, por dificuldades muitas que tenhamos, não há outra instituição pública que, como a universidade, signifique de forma essencial o exercício da criatividade, da redução de desigualdades, da ampliação de direitos. Logo, não é lugar de pura e simples competição, porque é sobretudo o lugar mesmo da colaboração acadêmica. Em “Pensamento e Utopia”⁽³⁾, desenvolvemos de modo mais extenso

essas considerações. Não é simples lugar do conflito, porque espaço de exercício da argumentação, da demonstração científica, da prova, da atenção ao outro e a seus considerandos.

Mais e melhor que qualquer outro espaço público, a universidade cobra a preeminência da palavra sobre outros instrumentos de poder, sendo um lugar de confrontação de saberes e culturas, de exercício de um espírito cívico e crítico, de vanguarda cultural e científica, sendo ela, ademais, uma pedra de toque dos nossos projetos de sociabilidade. Sendo ela ameaçada, interna ou externamente, temos também comprometida uma instituição que não se curva a partidos, a governos ou ao mercado, advindo de tais ameaças resultados obscurantistas para a produção do conhecimento e efeitos autoritários para nossa vida comum.

4. Tendo em conta as ameaças externas e as tensões internas, podemos assim retomar, de forma direta, a segunda questão. O que fazer? Como enfrentar este momento difícil?

Ora, nosso caminho agora é, sobretudo, de resistência, por meio da qual devemos lembrar ao estado e à sociedade a importância do compromisso com o financiamento e a ampliação do ensino superior. A resistência se dá, principalmente, na realização do melhor de nossos esforços. Resistimos, perseverando em realizar nossa própria natureza acadêmica e nossa autonomia. Resistimos com a melhor aula, a mais rigorosa pesquisa, a mais ampla atividade de extensão, as mais bem cuidadas publicações. Mas também resistimos com uma maior mobilização de nossos fóruns de decisão, de nossas assembleias e reuniões. E ainda com a constituição não burocratizada de nossas instâncias de deliberação, que não são meras repartições, separadas e estanques, mas devem sempre ser chamadas a pensar a vida universitária e, comprometidas com o todo da instituição, ser também chamadas a inventar laços e a produzir caminhos.

Desse modo, podemos encontrar ou inventar o caminho por que se recupera a sacralidade do espaço universitário. Certamente, não por um retorno a medidas elitizantes, mas sim por meio da compreensão mesma de seu papel como espaço de ampliação de direitos, de boa e eficiente gestão dos recursos, de produção acadêmica de qualidade e do exercício constante de valores universais da humanidade. Devemos, por essa via de produção e formação de um conhecimento socialmente referenciado, recuperar o sentimento de ser a Universidade um espaço não de privilégios, mas sim um lugar ele mesmo privilegiado, em que vocação e profissão se encontram.

Com isso, podemos unir nosso labor específico ao desejo de transformação da sociedade, ao qual agregamos nossa medida própria da condição universitária, muitas vezes ignorada até por forças progressistas. Afinal, convém sempre lembrar, se outro mundo é possível, se lutamos para que outra sociedade se construa, nenhum mundo possível vale a pena sem uma universidade pública de qualidade.

5. Resistimos, pois, com nossas muito bem cuidadas publicações. Essas considerações gerais são, assim, um contexto para a apresentação deste volume 32 da *Revista Baiana de Enfermagem*. Honrado com o convite, não podia deixar de tecer as considerações acima acerca da situação da universidade pública e da produção científica.

A *Revista Baiana de Enfermagem*, como outras publicações da UFBA, representa bem o melhor espírito dessa nossa resistência cotidiana, exemplificando também ela a ideia de que a tarefa acadêmica é produtiva, sem incorrer no mero produtivismo. A *Revista* tem a marca crítica de uma produção acadêmica relevante, voltada ao interesse da sociedade, que se associa ao fortalecimento do ensino de graduação e da pós-graduação da Escola.

Em qualquer espaço, a produção do conhecimento nunca se faz dissociada de interesses⁽⁴⁾. Entretanto, tomando a *Revista* como pretexto e exemplo, esta é a tese que, enfim, quisemos defender. Na universidade pública, servindo à constituição de uma comunidade acadêmica e científica, o interesse de domínio sobre a natureza e também sobre o outro não devem preponderar, na produção do conhecimento ou no modo como este pode ser produzido, sobre o interesse maior de emancipação de nossa sociedade.

Referências

1. Cross D, Thomson S, Sinclair A. Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics. Filadélfia (EUA): Clarivate Analytics; 2017 [Internet]. [cited 2018 Feb 6]. Available from: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>
2. Academia Brasileira de Ciências. Orçamento de CT&I: o país não suporta novos contingenciamentos! [Internet]. Rio de Janeiro; 2018 fev 2 [cited 2018 Feb 6]. Available from: <http://www.abc.org.br/?Orcamento-de-CT-I-O-pais-nao-suporta-novos-contingenciamentos>
3. Salles JC. Pensamento e utopia. In: Salles JC. Filosofia, política e universidade. Salvador: Quarteto; 2016. (Coleção Empiria). p. 149-58.
4. Habermas J. Conhecimento e interesse. São Paulo: Editora Unesp; 2014.

Recebido: 5 de março de 2018

Aprovado: 5 de março de 2018

Publicado: 5 de abril de 2018



A *Revista Baiana de Enfermagem* utiliza a Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Este artigo é de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC).

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais. Embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.